

Para um estudo metodológico da análise do «discurso do poder»

JOSÉ BOGALHEIRO
JOSÉ MIGUEZ
LUÍS RETO *

«Parole et pouvoir entretiennent des rapports tels que le désir de l'un se réalise dans la conquête de l'autre...
Toute prise de pouvoir est aussi un gain de parole.»

(PIERRE CLASTRES, *La Société contre l'État*)

I — INTRODUÇÃO

Como falar do poder sem que um tal discurso comporte uma perigosa ambiguidade? Como não cair em equívocos suspeitos ao analisar o seu exercício?

Tratar-se-á, porventura, de adoptar uma perspectiva segundo a qual seria *intolerável* que o poder, através da sua prática quotidiana, pudesse encontrar explicação plausível, merecer compreensão, tornar-se familiar, quando, ao contrário, a lei do seu exercício pode ser definida sob a forma de «*um corpo a corpo*», entendido tendo continuamente em vista os novos *efeitos de poder* que só a prática lhe assegura.

Ou, dito de outra maneira: se na possibilidade de exercício do poder está implícita a sua

tendência para a normalidade e consequentemente a difusão da rede do seu aparelho e a disseminação dos seus focos, poder-se-ia então inferir que toda e qualquer relação de causalidade é antes de mais uma relação de poder, cujo estudo não pode deixar de passar pela análise das forças e das relações de força.

Certo é, pelo menos, que é face ao *desejo de normalidade*, alimentado pelo poder — e que não é senão uma forma de exercer a sua violência e esconder a sua face de inimigo através da desqualificação do seu carácter de alteridade absoluta — que as *sociedades sem Estado*, ditas primitivas, deram corpo à sua filosofia política.

Assim, a comunidade primitiva é ao mesmo tempo totalidade e unidade, isto é, conjunto completo preservando a todo o custo a sua autonomia e ser homogéneo mantido através da recusa da divisão social.

É dentro desta estratégia global que a troca se insere. Por um lado, é acto imanente à fundação da sociedade humana em geral, funcionando como processo que assinala a passagem da natureza à cultura (Lévi-Strauss, 1949). Por outro, como actividade sócio-política, reguladora da sociabilidade, que, através da mediação da aliança e como efeito táctico da guerra, define um modo de relação entre grupos diferentes (Clastres, 1977), indica o espaço de relação entre a (estrutura da) sociedade e o poder político.

* J. B. é psicólogo e trabalha como realizador de cinema; J. M. e L. R. são psicólogos docentes no I.S.P.A. — Psicossociologia das Organizações. Este estudo foi feito a partir de um trabalho realizado em 1975 para a cadeira de Psicologia Social do I.S.P.A., em que na altura também participaram Z. Fidalgo, C. Matos Silva e J. Teixeira. Com a colaboração gráfica de Carlos Sousa, desenhador projectista da Lisnave.

Com efeito, os três níveis fundamentais a que a troca se desenrola e que constituem o próprio centro do universo da comunicação — a troca de mulheres, de bens e de PALAVRAS — estabelecem uma relação profunda com os atributos ligados à pessoa do chefe — poliginia, generosidade e dom oratório.

Acontece, no entanto, que a especificidade de tal relação advém do facto de ser *negativa*, ou seja, a relação estabelecida entre o grupo social e o poder político é de *exclusão*, situando, assim, este último «à margem» do sistema social.

O alcance de tal atitude é claro: constitui a forma mais eficaz de manter o chefe *sob o controlo* do grupo, inclusive ao nível da *comunicação pela palavra*, conforme explicitaremos de seguida.

Assim, uma vez que a sociedade não permite que nenhuma figura do *um* se destaque do corpo social para a representar, o chefe é comedido a falar em nome da sociedade, a ser o seu *porta-voz*, sendo-lhe por isso negado o princípio de uma autoridade exterior, criadora da sua própria legalidade. Duplo dever do chefe perante a tribo, que, por um lado, o constrange a mover-se no campo oposto da violência — a palavra; e, por outro, opondo-se a que a sua palavra constitua uma ordem ou a expressão de um desejo pessoal, o obriga a ter um discurso vazio, cuja única referência é a lei dos antepassados, fundamento da própria sociedade.

Assegura-se deste modo a tribo de que o lugar de poder possível está efectivamente ocupado, ao mesmo tempo que consegue uma contrapartida perante a eventual tentativa de um chefe querer vir a tornar real e efectivo o seu poder, num lugar *separado* da sociedade. Assim se impede o homem da palavra (porta-voz) de se tornar um homem de poder (ditador). E é em virtude desta prática que as sociedades primitivas podem ser denominadas sociedades contra o Estado.

Já nas sociedades com Estado, as sociedades divididas em classes, em que «a relação política de poder precede e funda a relação económica de exploração», ou seja, aquelas em que «a di-

visão maior, a que funda todas as outras incluindo sem dúvida a divisão do trabalho, é a nova disposição vertical entre a base e o vértice, é a grande ruptura política entre os detentores de força, quer ela seja guerreira ou religiosa, e os sujeitos a essa força» (Clastres, P., 1974), qualquer análise que se situe no âmbito de «o poder e a linguagem» tem de ter em conta que aí o chefe é o primeiro a deferir o *direito da palavra* e o seu discurso se tornou inclusive uma fonte de palavra plena — a lei.

Ou seja, se a proveniência do discurso ainda identifica o lugar do poder, uma vez que poder usar da palavra é ainda e desde logo exercer uma vontade de poder, tal facto, contudo, já não representa para a sociedade a contrapartida de controlo sobre o poder.

O que significa, declaradamente, que «a linguagem é um sistema de comando e não um meio de informação» (Deleuze, G., 1976). E, conseqüentemente, que a própria ideia de informação deve ser posta em causa.

Assim, enquanto se pretende apresentar a linguagem como essencialmente uma troca, ela aparece, por via do uso que dela faz o poder, irremediavelmente repetitiva, completamente redundante, e «à margem» do circuito da comunicação. O que, por sua vez, aponta para uma inversão do esquema informático, cujo topo passa a ser ocupado pela *redundância* (entendida como repetição de ordens e transmissão comandada) e não pela *informação*.

E neste aspecto o discurso do chefe na sociedade primitiva e na sociedade de classes apresenta uma característica comum: a sua fala, porque ocupada pela Lei, é essencialmente redundante. Com uma diferença: é que enquanto o chefe primitivo não repete senão o que todo o grupo sabe desde o início, dado que o seu discurso consistindo substancialmente numa celebração ritualizada da Lei dos antepassados, no seu conservantismo intransigente é garantia da homogeneidade do corpo social e impossibilita o aparecimento da divisão: isto é, o seu discurso é vazio porque *separado do poder*. Na sociedade de classes, o chefe quando fala também ele não diz literalmente nada, não porque

o seu discurso seja, à partida, fundamento e pertença da própria sociedade, mas, ao contrário, porque encontrando no mando a sua plenitude, não requer ser escutado/entendido, apenas exige ser obedecido e cumprido: ou seja, é um discurso vazio porque *separado da sociedade*.

Pelo que, como Barthes (1975) podemos concluir «que à divisão de classes corresponde fatalmente uma divisão dos sentidos, e que à luta de classes corresponde não menos fatalmente uma guerra dos sentidos: enquanto houver luta de classes (nacional ou internacional) a divisão do campo axiomático é inevitável». E daí a desmontagem da *configuração semântica* poder ser meio de saber *quem e como* ocupa o lugar de poder.

A nossa questão: quando, na sociedade com Estado, de hoje, um emissor ocupa um lugar dito de poder até que ponto a tentativa de leitura/desmontagem do seu discurso em torno de referências tais como REVOLUÇÃO-INÍMIGOS-ALIADOS nos pode elucidar sobre a *figura/diagrama* do poder? Como situá-lo em termos de forças e de relações de forças, qual o seu lugar na sociedade de classes, que partido toma na luta de classes?

Ou ainda: até que ponto e de que modo a análise do *universo semântico*, dos *quadros de referência* e *valores* do emissor por um lado, e da *densidade* e *organização* da mensagem por outro, é susceptível de nos dar a *configuração do sentido* que está na origem da totalidade do texto, e marcar o *lugar* a partir do qual tal discurso é proferido?

Não se tratará, no entanto, de «psicanalisar» o discurso do poder: «O discurso de luta não se opõe ao inconsciente: opõe-se ao segredo», diz M. Foucault (1972). Não se trata de analisar o *escondido* ou o *não-dito* do discurso, trata-se antes de *explicitar* a sua organização interna de modo a que se *torne público* em que tipo de relações e através de que instâncias ele se mantém.

Glosando uma expressão com que Deleuze (1975) caracteriza a escrita de Foucault, deveria tratar-se de uma análise *diagramática* que ti-

vesse em conta que «os enunciados dizem tudo mas não dizem senão o que podem dizer, o que é da ordem do «dizível». Há sempre um excesso em relação aos enunciados, que é de uma outra ordem ou de uma outra forma, a forma do «fazível» que não pode ser dito directamente, mas que é preciso combinar com a do dizível (...). Não há não-dito, nem reprimido, nem recalcado que sejam *interiores* ao campo enunciativo, mas há uma falta — ou um excesso — *correlativo* a esse campo, característico da sua formação. Para que o enunciado seja visível é necessário portanto revelar o espaço que lhe está associado, e mesmo o «soco» ou a superfície da sua manifestação, no limite da linguagem».

II — METODOLOGIA

1. APRESENTAÇÃO DO MATERIAL

Fizemos a análise de quatro discursos de Vasco Gonçalves (versões oficiais) pronunciados enquanto primeiro-ministro dos vários Governos Provisórios que chefiou. Foram escolhidos os discursos que considerámos reflectirem os momentos políticos mais relevantes.

Assim escolhemos:

- Discurso da tomada de posse do 2.º Governo Provisório.
- Discurso pronunciado na noite de 28 de Setembro de 1974.
- Discurso pronunciado na tarde de 11 de Março de 1975.
- Discurso feito em Almada (último discurso como primeiro-ministro).

2. PROCEDIMENTO

2.1. «Reconheceu-se que a linguagem devia ser descrita como uma estrutura formal, mas que esta descrição exigia antes de tudo o estabelecimento de processos e critérios adequados e que em suma a realidade do objecto não era separável do método apropriado para o definir» (Benveniste, 1966).

Desde o início (Berelson, B., 1954), a análise de conteúdo ao propor-se como objectivo a

descrição sistemática-metódica, exaustiva e quantitativa do conteúdo das comunicações, vê-se na necessidade de definir processos reproduzíveis que permitam descobrir a organização do texto.

No entanto, pretendendo, por um lado, anular a subjectividade e eliminar qualquer tipo de interpretação e, por outro, não ser uma mera tradução, nem uma simples transposição, a análise de conteúdo é definida como uma *explicitação*, feita, necessariamente, a partir de inferências (Krippendorff, 1969).

Põe-se aqui a questão do MÉTODO, da definição dos seus instrumentos conceptuais e operacionais.

Esta questão assenta em pressupostos vários que é necessário ter em conta.

2.2. «A língua propriamente dita, diz Barthes (1966), pode ser definida pelo concurso de dois processos fundamentais: a articulação ou segmentação, que produz unidades (é a *forma*, segundo Benveniste), e a integração, que recolhe estas unidades numa escala superior (é o *sentido*)».

A valorização de um ou de outro destes dois aspectos, ao procurar-se definir a *mais pequena unidade significativa de um texto*, conduziu a duas atitudes fundamentais: uma, que considerando o texto como uma presença plena, tenta descobrir uma organização no próprio texto, definindo assim a sua unidade como o «melhor espaço possível onde podemos observar os sentidos», ou seja, «o sentido é acima de tudo o critério de unidade» (Barthes, R., 1966); outra, que considerando o texto como uma manifestação de uma estrutura inacessível e postulando a organização do texto no exterior do mesmo, procurou obter unidades simples e indivisíveis (as proposições para Tomachewski, os semas para Greimas) (Ducrot e Todorof, 1973).

A *combinatória semântica*, ao pretender calcular o sentido total de um enunciado, conhecendo o sentido das unidades significativas (palavras ou morfemas) que nele aparecem e as relações sintáticas que as unem (para Chomski, as unidades e relações de estrutura profunda),

pôs mais uma vez o problema de saber qual o tipo de relações existentes entre a *organização sintáctica* e a *organização semântica*. E ainda que investigações feitas na perspectiva generativa tendam a considerar a componente semântica como interpretando apenas a sintaxe, outros linguistas dizem que embora a combinatória semântica se apoie na combinatória sintáctica, as duas redes não se recobrem e portanto a primeira não é uma simples reinterpretação desta última (Ducrot e Todorof, 1973).

Foi nesta encruzilhada que decidimos colocar-nos. Assim, por um lado, apoiámo-nos decididamente na sintaxe (passando pela divisão em proposições) como meio de não perdermos de vista as relações de contiguidade/encadeamento (causalidade imediata) e, por outro, utilizámos como critério último a perspectiva semântica que nos permitiu recolher as relações de semelhança/oposição.

2.3. A partir destes pressupostos, podemos agora distinguir as diversas unidades de análise.

a) *Unidade de registo* (temática) — É constituída por proposições sintáticas simples ou aglomeradas, que apresentem um sentido global (tema), recortado a dois níveis principais: um, segundo a linha sintagmática, *funcional*, de natureza nuclear ou completiva constituindo verdadeiras charneiras ou preenchendo o espaço entre aquelas; outros, segundo a linha paradigmática, *indicial*, de natureza integrativa, remetendo para um carácter, um sentimento, uma atmosfera, uma filosofia ou servindo para identificar, para situar no tempo e no espaço (Barthes, 1966). Escolhemos a proposição sintáctica por constituir uma unidade inerente ao próprio sistema linguístico.

b) *Unidade de sentido* — Conseguida a partir das unidades de registo (temáticas), é constituída por traços semânticos ou semas; para proceder à sua análise fizemos em primeiro lugar uma comparação entre palavras, e em seguida, entre o conteúdo de segmentos de enunciado mais longos, ou seja, entre significações ligadas a um determinado contexto do discurso.

c) A *categoria* — É uma noção geral representando um conjunto ou uma classe de significados; assim, foi necessário recorrer à utilização de regras explícitas (dado que a sua definição é sempre operacional), que especificassem os traços distintivos do conteúdo que teve de ser classificado em cada uma delas. Isso fez-se, por um lado, através do estabelecimento das unidades acima referidas, e, por outro, através da especificação de um conjunto (lista tão completa quanto possível) de *índices* ou *indicadores*, os quais foram correspondendo progressivamente à dimensão do conjunto das unidades de sentido ou traços semânticos.

As categorias, que devem ser exclusivas, objectivas, pertinentes e claramente definidas, foram-se constituindo à medida que as unidades significativas que faziam parte integrante do contexto, puderam ser classificadas, combinadas e contadas.

d) As *variáveis* — São as hipóteses de trabalho. Quer dizer, é a partir delas que as outras unidades são deduzidas mas, obviamente, as variáveis também só podem ser definidas, em última análise, pelo concurso daquelas.

Neste caso, as variáveis foram inicialmente construídas a partir do material informacional (massivamente difundido pelos meios de comunicação e que o momento político fazia circular a ponto de o tornar um «lugar comum»), cujo conteúdo se foi progressivamente aglutinando à volta de certos centros de polarização.

A dimensão/identificação destes centros fez-se então à medida que se iam pondo em evidência os elementos constitutivos dos mesmos.

Por este processo estabeleceram-se à partida seis variáveis (Revolução/Reacção; Aliados/Inimigos; Factores de Unidade/Factores de Divisão).

A posterior redução do número de variáveis de seis para três (Revolução/Aliados/Inimigos) processou-se a partir da comparação e da descoberta de tipos de relações mais pertinentes entre elas.

2.4. Depois de se fazer o levantamento das unidades — o que, deve salientar-se mais uma

vez, se efectuou por tentativas e erros e amostragens sucessivas, obrigando a um contínuo vaivém — passámos à sistematização destes dados (cf. quadro I).

QUADRO I
DISTRIBUIÇÃO DAS DIVERSAS UNIDADES
AO LONGO DOS DISCURSOS

Unidades	A	B	C	D
Proposições sintáticas	141	206	51	510
Proposições sintáticas retidas	58	70	35	209
Unidades de registo	37	44	22	110
Unidades de sentido	52	60	32	158
Índices	50	57	30	158

A informação total retida, agrupada em três variáveis, foi sistematizada em categorias.

Assim, a variável Revolução comporta as categorias: Princípios Ideológicos, Objectivos e Táctica; a variável Inimigos, as categorias: Identificação, Actuação e Modo de Actuação; e a variável Aliados tem uma categoria única definida pela simples nomeação daqueles, pois a informação a este respeito é pouco diversificada.

O trabalho efectuado nesta fase foi fundamentalmente um inventário, enumeração, caracterização/identificação, pesquisa de relações, de modo a conseguir uma CLASSIFICAÇÃO DOS CONTEÚDOS. É igualmente por isso que não se poderá prescindir da compreensão do sentido, da percepção de possíveis analogias (base de todos os reagrupamentos e classificações) e sua hierarquização (cf. quadro II).

2.5. Face ao problema geral da *lisibilidade* dos textos, qualquer método que se proponha ultrapassar a sua aparência literal e atingir a organização do «sentido, isto é, uma ordem superior da relação» (Barthes, R., 1966) — o que não deverá confundir-se com algo escondido, decifrável por um método interpretativo — situar-se-á ao nível da conotação e da estrutura da significação.

É este o campo da *análise semântica*. Um dos seus métodos — a análise componencial —

QUADRO II
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ÍNDICES EM CADA UMA DAS VARIÁVEIS
AO LONGO DOS 4 DISCURSOS

Variáveis	Categorias	ÍNDICES	DISCURSOS					
			A	B	C	D		
REVOLUÇÃO	PRINCÍPIOS IDEOLÓGICOS	Conquista e consolidação da democracia	14	7	3	1		
		A nossa revolução (portuguesa)	—	2	8	6		
		Socialismo	—	—	—	2		
		Via de transição para o socialismo	—	—	—	5		
		Revolução socialista	—	—	—	5		
		Total	14%	9%	11%	19%		
	OBJECTIVOS	Reconstrução nacional	20	2	3	4		
		Transf. radical das estruturas sócio-económicas	4	—	—	2		
		Política de descolonização	4	9	—	1		
		Liberdade e direitos fundamentais	—	4	—	2		
		Tornar os portugueses prósperos, livres e felizes	—	—	—	2		
		Controlo da produção pelos trabalhadores	—	—	—	5		
		Acesso progressivo dos trabalhadores ao poder	—	—	—	3		
		Total	28%	15%	3%	19%		
	TÁCTICA	Conquistar a confiança	4	2	—	—		
		Ação pedagógica	10	—	—	—		
		Unidade	8	11	13	6		
		Via pacífica	2	7	—	1		
		Política da verdade	2	3	—	6		
		Vanguarda	—	—	—	1		
		Definição do ritmo pela correlação de forças	—	—	—	1		
		Necessidade de um Estado democrático e forte	—	—	—	3		
		Total	26%	23%	13%	18%		
	Total da Variável Revolução		68%	47%	27%	56%		
	Base		(34)	(27)	(8)	(88)		
INIMIGOS	IDENTIFICAÇÃO	A reacção	—	2	8	1		
		Minoria de criminosos	—	2	3	—		
		Os menos interessados na Pátria e desenvolv.	—	3	3	1		
		Os fascistas	—	—	3	2		
		Polítiques avidos de poder	—	—	—	1		
		Órgãos de informação adversos	—	—	—	1		
		Certos membros do clero	—	—	—	1		
		Total	—	7%	17%	7%		
	ACTUAÇÃO	Combatem-nos	—	3	—	1		
		Tentam dividir o País ao serviço da reacção	—	—	3	1		
		Opõem-se aos proc. históricos e interesses nacionais	—	2	3	1		
		Agitam papões fascistas	—	3	—	1		
		Opõem FA contra FA	—	2	13	1		
		Fornecem as oficinas reaccionárias	—	—	—	4		
		Perpetuam a exploração do povo	—	—	3	2		
		Total	—	10%	22%	11%		
	MODO DE ACTUAÇÃO	Aproveitam-se da impreparação política	—	5	—	1		
		Propaganda insidiosa	—	4	—	6		
		Com armamento e muito dinheiro	—	2	—	—		
		Manobras	—	7	—	4		
		Boato, calúnia e mentira	—	7	3	5		
		Intimidação psicológica	—	—	—	2		
		Táctica subtil	—	—	—	1		
		Total	—	25%	3%	19%		
	Total da Variável Inimigos		00%	42%	42%	37%		
	Base		(24)	(13)	(13)	(61)		
ALIADOS	IDENTIFICAÇÃO	Estado	4	—	—	—		
		Iniciativa privada	8	—	—	1		
		Classes trabalhadoras	2	—	11	1		
		Meios de comunicação social	6	2	—	—		
		Partidos políticos e associações cívicas	8	2	3	—		
		Militares	4	—	—	—		
		Movimentos e partidos democráticos	—	2	3	1		
		Parte da população mais vigilante	—	5	—	—		
		Forças progressistas dos partidos políticos	—	—	3	—		
		Pequena e alguma média burguesia e pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais	—	—	8	2		
		Quadros	—	—	3	—		
		Igreja	—	—	—	1		
		Católicos progressistas	—	—	—	1		
		Total	32%	11%	31%	7%		
	Total da Variável Aliados		32%	11%	31%	7%		
	Base		(16)	(6)	(9)	(9)		
TOTAL GLOBAL			100%	100%	100%	100%		
Base			(50)	(57)	(30)	(158)		

tem como objectivo a exploração sistemática do campo semântico de uma palavra chave relacionada com os outros conceitos do discurso, formando uma *rede* a que chamaremos estrutura.

Como diz Umberto Eco «as perspectivas da análise componencial fazem nascer o significado contextual de uma amálgama de componentes semânticos dos termos isolados. Levantemos, portanto, o problema da denotação do lexema, isto é, de como o lexema — como entidade morfológica — reporta a uma unidade cultural, que só depois, examinando-se a noção de conotação, veremos como unidade semântica analisável, ou seja, como semema» (Eco, 1974).

Partindo do material já sistematizado conforme foi indicado no ponto 4, resta-nos, para levar a termo a análise componencial, formular os sememas e as significações, decorrentes da sua classificação e relação e, em seguida, precisar as relações da rede semântica assim constituída.

Esta estrutura semântica reenvia aos quadros de referência e à organização interna do discurso.

O conceito (no nosso caso as variáveis) não é a palavra, nem a palavra chave, mas a ideia, ou seja, simultaneamente a acepção da palavra chave e o sistema dos valores pessoais que lhe dão sentido.

A extensão de um conceito corresponde à sua conotação. Ela é, pois, «o conjunto de todas as unidades culturais que uma definição intencional do significante pode pôr em jogo» (Eco, 1974).

O método de análise semântica conceptual (assim chamada por Canto-Klein, Lautier e Ramognino) permite determinar a rede semântica; por um lado, as múltiplas conotações da palavra chave e das suas ligações e, por outro, o sistema de relações deste primeiro conjunto com as outras noções importantes do texto.

Para a determinação desta rede semântica, procedeu-se em primeiro lugar a uma análise segundo um *eixo paradigmático*, centrada na noção chave, indicando esta os sentidos essenciais para o emissor. Isto fez-se ao destacarmos todas as expressões utilizadas pelo emissor para definir ou qualificar essa noção, ou seja, o seu léxico.

Em seguida fizemos uma análise segundo um *eixo sintagmático*, que consistiu em estabelecer as relações entre os índices constitutivos do léxico formulado, bem como as relações entre estes índices e os outros conceitos do discurso, constituindo-se assim (pela aplicação de regras de lógica: implicação lógica, exclusão recíproca e equivalência semântica) uma rede de relações pertinentes.

QUADRO III
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS CATEGORIAS POR VARIÁVEL
EM CADA DISCURSO

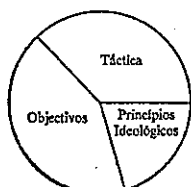
Variáveis	Categorias	A	B	C	D	Total
REVOLUÇÃO	Princípios Ideológicos	21	18	37	35	29
	Objectivos	41	30	13	33	33
	Táctica	38	52	50	32	38
	Total	100 % (34)	100 % (27)	100 % (8)	100 % (88)	100 % (157)
INIMIGOS	Identificação	—	17	39	20	21
	Actuação	—	25	54	28	31
	Modo de Actuação	—	58	7	52	48
	Total	—	100 % (24)	100 % (13)	100 % (61)	100 % (98)
ALIADOS	Identificação	100 % (16)	100 % (6)	100 % (9)	100 % (9)	100 % (40)

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Discurso A



Variáveis



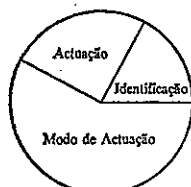
Categorias de Revolução

Este discurso, em que a mensagem está centrada na Revolução, cujos Princípios Ideológicos, no entanto, apresentam uma fraca explicitação, é caracterizado ainda por a definição genérica e pouco qualificada dos Aliados se encontrar associada à falta de referenciação dos Inimigos.

Discurso B



Variáveis



Categorias de Inimigos

Neste discurso, se bem que a mensagem continue centrada na Revolução, agora definida sobretudo à base da Tática, à sua primeira designação directa corresponde uma descida percentual em relação ao discurso anterior. O que ficando a dever-se ao aparecimento pela primeira vez da variável Inimigos, definidos sobretudo pelo Modo de

Actuação, é, no entanto, concomitante com uma primeira qualificação dos Aliados, ainda que esta variável apresente um valor bastante baixo.

Discurso C

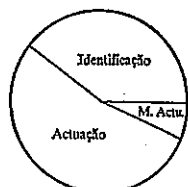
Neste discurso a mensagem aparece pela primeira e única vez centrada nos Inimigos, cuja progressiva qualificação se dá, ao mesmo tempo que na variável Revolução, centrada num único índice tático — Unidade —, onde apresenta o seu valor mais baixo. Uma maior qualificação tem também lugar na variável Aliados, atingindo novamente um valor próximo do discurso A, em que a sua definição, ao contrário, era muito genérica.



Categorias de Revolução



Variáveis



Categorias de Inimigos



Categorias de Revolução

QUADRO IV

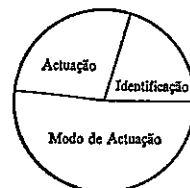
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS VARIÁVEIS E CATEGORIAS EM CADA DISCURSO

Variáveis	Categorias	A	B	C	D	Total
REVOLUÇÃO	Princípios Ideológicos	14	9	11	19	53
	Objectivos	28	15	3	19	
	Tática	26	47	28	56	
INIMIGOS	Identificação	—	7	17	7	33
	Actuação	—	10	22	11	
	Modo de Actuação	—	25	3	19	
ALIADOS	Identificação	32	11	30	7	14
Total		100 % (50)	100 % (57)	100 % (30)	100 % (158)	100 % (295)

Discurso D



Variáveis



Categorias de Inimigos



Categorias de Revolução

Neste discurso a mensagem volta a estar centrada na Revolução, que patenteia grande equilíbrio entre as três categorias onde, no entanto, os Princípios Ideológicos são claramente definidos e apresentam, pela primeira vez, um valor superior. Na variável Inimigos, tal como no discurso B, volta a estar em evidência o Modo de Actuação, assistindo-se também a uma maior qualificação. Quanto à variável Aliados regista o valor mais baixo ao longo dos quatro discursos.

Nos quatro discursos

Os discursos estão assentes de forma bastante significativa na variável Revolução e, apesar dos Inimigos só serem mencionados a partir do segundo discurso, vão ganhando um peso cada vez maior, enquanto os Aliados obtêm o valor mais baixo das três variáveis.

Ao nível das categorias a Revolução é definida fundamentalmente pela Tática, enquanto nos Inimigos é o Modo de Actuação a categoria mais referida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos discursos que constituíram o objecto deste estudo dá-nos conta de uma variação nítida dos conceitos, neste caso das variáveis. Perceber a articulação de tal mudança é o objectivo da análise de conteúdo. Por isso, uma vez que parece poder afirmar-se que se trata de uma variação coordenada/integrada, convirá explicitar melhor como é que, na pro-

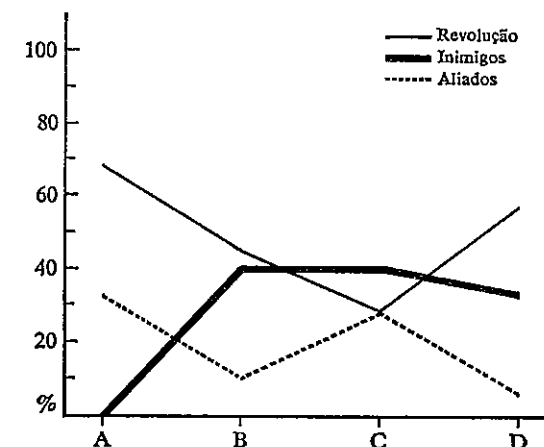


Gráfico 1 — Variáveis ao longo dos quatro discursos

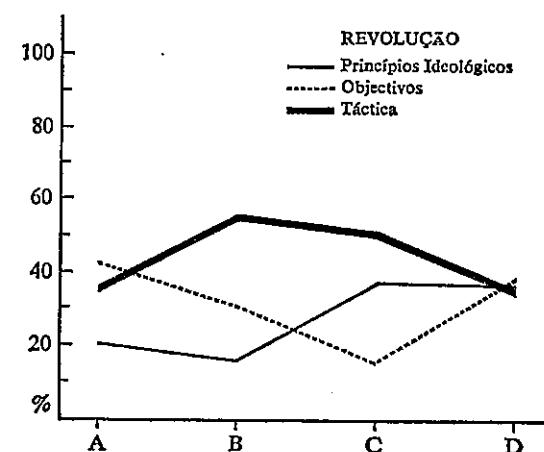


Gráfico 2 — Variação das categorias da variável Revolução ao longo dos quatro discursos

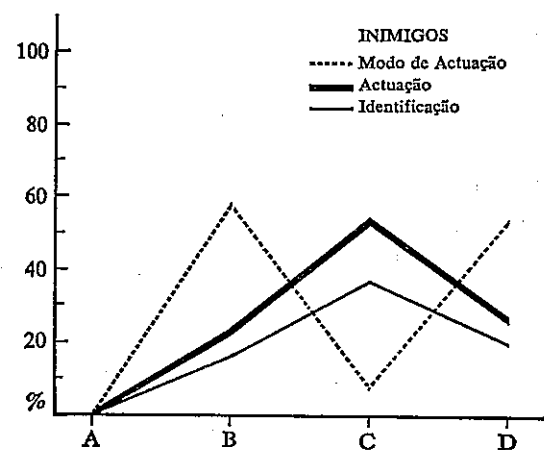


Gráfico 3 — Variação das categorias da variável Inimigos ao longo dos quatro discursos

ficação, como igualmente pode constituir um primeiro passo — dado que os enunciados não passam de segmentos — para em relação com outros dados, que não podem ser ditos não por serem inconfessáveis ou censurados mas porque é outro o seu regime — o seu nome é acção e inclui a produção de novas falas — vir a permitir tornar pública a estrutura de uma sociedade....

REFERÊNCIAS

- ACHERMAN, W. e ZYGONIS, R. (1967) — «Code d'analyse et domaine de référence», *Bul. C.E.R.P.*, tome 16, 3:231-244.
- BARTHES, R. (1966) — «Introduction à l'analyse structurale des récits», *Communications*, 8:1-27, Seuil, Paris.
- BENVENISTE, E. (1966) — *Problèmes de linguistique générale*, p. 119. Gallimard, Paris.
- BERELSON, B. (1954) — *Handbook of Social Psychology*, vol. I, chapter 13 «Content Analysis», ed. Gardner Lindsey Addison-Wesley Publishing Company Inc., Cambridge.
- CARTWRIGHT, D. P. (1963) — «L'analyse du matériel qualitatif», in L. Festinger e D. Katz (ed.) *Les Méthodes de Recherche dans les Sciences Sociales*, P.U.F., Paris.
- CLASTRES, P. (1974) — *La Société contre l'État*, Minuit, Paris.
- CLASTRES, P. (1977) — «Archéologie de la Violence: la guerre dans les sociétés primitives», *Libre*, 1:137-173, Payot, Paris.
- DELEUZE, G. (1975) — «Écrivain non: un nouveau cartographe», *Critique*, 343:1207-1227 (Decembre), Minuit, Paris.
- DELEUZE, G. (1976) — «Trois questions sur six fois deux», *Cashiers du Cinéma*, 271:5-12 (Novembre), Paris.
- DUCROT, O. e TODOROV, T. (1973) — *Dicionário das Ciências da Linguagem*, D. Quixote, Lisboa.
- ECO, U. (1962) — *L'Oeuvre Ouverte*, Seuil, Paris, 1965.
- ECO, U. (1974) — *As Formas do Conteúdo*, ed. Perspectiva, São Paulo.
- FOUCAULT, M. e DELEUZE, G. (1972) — «Les Intellectuels et le pouvoir», *L'Arc*, 49:3-10.
- FOUCAULT, M. (1975) — *Surveiller et Punir — naissance de la prison*, Gallimard, Paris.
- HENRY, P. e MOSCOVICI, M. (1968) — «Problèmes de l'analyse de contenu», *Langage*, 11:36-60 (Septembre).
- KRIPPENDORF (1969) — *The Analysis of Communications Content*, ed. Wiley, U.S.A.
- LÉVI-STRAUSS, C. (1949) — *Les Structures Élémentaires de la Parenté*, P.U.F., Paris, nova edição Mouton, Paris, 1967.
- MORIN, V. (1969) — *L'Écriture de Presse*, Mouton, Paris.
- MUCHIELLI, R. (1968) — *L'analyse de contenu*, Entreprise Moderne d'Éditions, Librairies Techniques.
- PÉCHEUX, M. (1967) — «Analyse de contenu et théorie du discours», *Bul. C.E.R.P.*, tome 16, 3:191-198.
- SEIXO, A. M. (1975) — *Experiências de Liberdade* (Antologia de Textos), Diábril.

PISTAS...

uma nova colecção da MOR/ES editores

...em procura do melhor na diversidade temática de hoje

PASSADO E PRESENTE
PENSAMENTO VIVO
PEDAGOGIA *Educação e Ensino*
PSICOLOGIA
PSICANÁLISE
PSIQUIATRIA
PSICOSSOCIOLOGIA
PROBLEMAS *Económicos e Sociais*
POLÍTICA
PRÁTICA E INVESTIGAÇÃO



A PSICOLOGIA DA CRIANÇA
Jean Piaget e J.B. Inhelder

O QUE É UMA CRIANÇA?
Nicholas Tucker

OS MÉTODOS EM PSICOLOGIA
Maurice Reichlin

ANGÚSTIA E BEM-ESTAR
Judy Dunn

SER MÃE
Kathryn Silver

A PSICOLOGIA DO NASCIMENTO
Adam Meyerson

BRINCAR
Catherine Garop

O DESENHO DAS CRIANÇAS
Jacqueline Goodnow

O MUNDO PERCEPTIVO DA CRIANÇA
Tom Bower

BÊBÊ-MÃE: A PRIMEIRA RELAÇÃO HUMANA
Daniel Stern

HISTÓRIA DA PSICOLOGIA
Maurice Reichlin

OS PAIS E A ESCOLA: COMO COLABORAR
Serge Hauray